

**ATA DA 441ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (AMMVI), REALIZADA NO DIA DEZ DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E QUINZE, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.**

Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, às dezesseis horas e trinta minutos, no Auditório da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), realizou-se a quadringentésima quadragésima primeira Assembleia Geral Ordinária da entidade, presidida pelo prefeito de Rodeio, senhor Paulo Roberto Weiss e secretariada por mim, Michele Prada. Estiveram presentes prefeitos, técnicos e demais convidados, conforme registro de presença. Declarando aberta a assembleia, o presidente da AMMVI agradeceu a presença de todos, e, constatando quórum estatutário, deu início à assembleia. Inicialmente, o presidente determinou a leitura da Ordem do Dia, assim composta: 1 - Leitura e votação da ata da assembleia anterior; 2 - Políticas de Habitação e Caixa Econômica Federal; 3 - Situação financeira dos Municípios; 4 - Plano de Trabalho para 2016; 5 - Discussão e votação de resoluções; 6 - Discussão e votação de alteração do Estatuto Social; 7 - Eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal para 2016; 8 - Assuntos gerais. O presidente apresentou o item um, confirmando o recebimento antecipado da ata pelos prefeitos, que foi encaminhada para deliberação e, não havendo manifestação em contrário, o documento foi aprovado por unanimidade. Após, o presidente progrediu para o segundo item em pauta, momento em que relatou sobre as informações que chegaram a ele por meio dos empreendedores imobiliários a respeito das mudanças no programa do governo federal Minha Casa Minha Vida, em que o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) publicou a Resolução nº 790, que altera o inciso I do artigo 10 da Resolução nº 702 de 04/10/2012. Diante disso, a faixa financiável por este programa habitacional diminuiu na maioria dos municípios do Médio Vale do Itajaí, com exceção de Blumenau. O superintendente da Caixa Econômica Federal, senhor Renato Scalabrin, explicou que o governo federal promoveu uma readequação de valores no Minha Casa Minha Vida, o Conselho Curador promulgou a resolução citada acima com vistas a atender especialmente as regiões com maior densidade demográfica e buscando ampliar os valores para os municípios de maior porte, ocasionando uma redução nos municípios com baixa densidade populacional. Segundo ele, o Conselho Curador levou em consideração o aspecto populacional para ratificar uma região metropolitana, o que difere das considerações legais existentes em Santa Catarina. O superintendente apresentou aos prefeitos os novos recortes territoriais explicando que, segundo a Resolução, o teto do valor do imóvel difere nas capitais e nos municípios com população superior a duzentos e cinquenta mil habitantes, população maior ou igual a cinquenta mil habitantes, população entre vinte mil e cinquenta mil habitantes e, por fim, com população inferior a vinte mil habitantes. Este cenário atinge diretamente a região, pois promove o aumento no teto somente de Blumenau e diminui o valor dos imóveis nos demais municípios. Após publicação da Instrução Normativa pelo Ministério das Cidades, a Caixa divulgará o prazo para início da contratação nas novas condições, bem como o período de transição para finalização das operações nas condições atuais. O senhor Scalabrin explicou que Santa Catarina estava numa posição confortável, pois até então o Conselho Curador levava em consideração as regiões metropolitanas ampliadas, o que não será mais considerado nesta nova instrução. Para tentar reverter este quadro é necessária a mobilização e a articulação junto ao Conselho Curador do FGTS tentando majoração de valores ou readequação da tabela. Ele disse ainda que não há dúvida que refletirá nos municípios, uma vez que os empresários já estão procurando a Caixa pela dificuldade de enquadrar os projetos em tais valores. Conforme a senhora Leda Mara de Souza, gerente regional da Caixa, esta regra é a mesma aplicada pelo Conselho Curador e pelo Ministério das Cidades em todo o país, cujos padrões já foram



44 usados e excepcionalmente não foram aplicados em Santa Catarina por conta da divisão das regiões  
45 metropolitanas. O secretário executivo da AMMVI, senhor José Rafael Corrêa, explicou que o Estado de  
46 Santa Catarina é atípico no que se refere às regiões metropolitanas. Estas foram criadas na década de  
47 noventa e revogadas entre os anos de dois mil e dois mil e dez, sendo novamente instituídas após esta  
48 data. O estado foi favorecido em algumas situações por aumentar o número de regiões metropolitanas e,  
49 com a normatização da resolução do Conselho Curador, não será mais beneficiado. Diante disso, o  
50 secretário executivo sugeriu não pedir pela prorrogação da Resolução, pois isso prejudicaria Blumenau, e  
51 sim pelo aumento do valor do teto aos demais municípios. O senhor Corrêa sugeriu que a AMMVI  
52 encaminhe um ofício ao presidente do Conselho Curador do FGTS explicando as peculiaridades da região  
53 que teve os terrenos inflacionados pelas catástrofes, como também solicitando alteração do inciso I do  
54 artigo 10 da Resolução nº 702 de 04/10/2012. O senhor Scalabrin sugeriu que este pleito seja levado ao  
55 governador Raimundo Colombo, uma vez que a resolução atinge também outras cidades catarinenses e a  
56 reivindicação se justifica pelo histórico de calamidades que assolaram o estado e a consequente  
57 diminuição do número de terrenos habitáveis, além de que há déficit habitacional em função do número  
58 de famílias atingidas e que ainda estão em áreas de risco. O prefeito de Apiúna, senhor Nicanor Morro,  
59 salientou que não se deve admitir diferenciação entre os cidadãos brasileiros, logo, a prerrogativa da  
60 densidade populacional não deve ser aplicada aqui, pois prejudica os municípios de pequeno porte. Além  
61 disso, esta decisão provavelmente foi tomada por representantes no Conselho que não residem em  
62 pequenas cidades e, portanto, não conhecem a realidade dos municípios do interior. Outro ponto citado  
63 pelos prefeitos é a definição pela Resolução de região metropolitana, que considera as áreas assinaladas  
64 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), porém, pode-se sugerir que a Resolução se  
65 adeque às legislações estaduais que definem região metropolitana e desvincule do órgão federal a  
66 responsabilidade de ditar sobre o assunto. Em seguida, a senhora Leda falou sobre o volume de contratos  
67 em andamento nos municípios do Médio Vale do Itajaí e os respectivos valores investidos pelo  
68 Orçamento Geral da União (OGU) e financiamento através do Banco Nacional de Desenvolvimento  
69 Econômico e Social (BNDES) e FGTS. Ao total são cento e trinta e oito contratos em andamento, o que,  
70 segunda ela, é um volume expressivo. No entanto, a gerente relatou que deste montante há cinquenta  
71 contratos em que as obras não foram iniciadas e, considerando que o próximo exercício é ano eleitoral, é  
72 imperativo agilizar alguns trâmites. Conforme ela, para se ter um bom desempenho, é necessário que os  
73 contratos estejam aptos para início de obra até trinta de junho de dois mil e dezesseis e, para isso, é  
74 imprescindível que todos os projetos sejam entregues na Caixa até dia trinta de janeiro do próximo ano, a  
75 fim de que os prazos para análise e licitação sejam exequíveis. Na ocasião, ela apresentou ainda contratos  
76 que deverão ser assinados até dia trinta e um de dezembro dos municípios de Apiúna, Benedito Novo,  
77 Blumenau, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros e Rodeio. O presidente da AMMVI  
78 concluiu o assunto deliberando, junto com os demais prefeitos, sobre o ofício e frisou que a entidade vai  
79 acompanhar a questão. O secretário executivo informou ainda que a Caixa está desenvolvendo um  
80 software em parceria com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (Ciga) para  
81 acompanhamento das obras e dos contratos, o que vai agilizar o processo da documentação. O projeto  
82 piloto deste software será na superintendência regional de Blumenau. Prosseguindo a reunião, o assessor  
83 econômico da AMMVI, senhor Célio Francisco Simão, abordou o movimento econômico dos municípios,  
84 informando aos prefeitos da situação dos índices para dois mil e dezesseis, bem como do valor dos  
85 demais municípios que possuem maior parque fabril e que influenciam diretamente na composição do  
86 cálculo no Médio Vale do Itajaí. O crescimento médio do Valor Adicionado (VA) no Estado foi de



Doc. Comp. Firmas  
1ª TABELÃO



87 13%, já a região atingiu os 12%. Isto resultou num decréscimo de 1% no índice da região. Segundo ele,  
88 nove municípios da região tiveram crescimento no movimento econômico, que são: Apiúna, Benedito  
89 Novo, Botuverá, Doutor Pedrinho, Gaspar, Indaial, Pomerode, Rodeio e Timbó. Destes, o que teve maior  
90 crescimento no índice foi Apiúna e em VA foi Botuverá. Já alguns municípios tiveram um bom  
91 crescimento e competiram com cidades de maior porte. O senhor Simão repassou informações da  
92 previsão para o próximo ano do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), em que se  
93 espera crescimento de 4,8% em relação a dois mil e quinze. Segundo ele, dentre os fatores que trazem  
94 este modesto crescimento está o comportamento da economia no país como, por exemplo, o fechamento  
95 de empresas na região. O assessor comentou ainda que, conforme números do setor industrial, houve uma  
96 diminuição da utilização da capacidade instalada, passando de 81,5% em setembro de dois mil e catorze  
97 para 77,7% em setembro de dois mil e quinze, resultando num faturamento real de 5,2% negativo e  
98 diminuição do emprego em 4,8% nos últimos doze meses. Já as empresas têxteis tiveram uma diminuição  
99 de 1,0%, a metalúrgica em 3,1% e o vestuário queda de 4,2%, setores estes representativas na região. O  
00 senhor Simão explicou ainda que a elevação do Produto Interno Bruto (PIB) da região depende dos  
01 acessos rodoviários associados à logística de transportes, o que tem levado muitos empresários a investir  
02 à margem da rodovia BR-101, como também o valor da energia elétrica que em Santa Catarina é superior  
03 a São Paulo, por exemplo, o que se perde na competitividade. O presidente da AMMVI disse que os  
04 prefeitos devem entender o porquê das empresas não se instalarem na região, de forma que possam pensar  
05 em futuros benefícios para atrair novos empreendimentos, as quais estão dando prioridade ao litoral  
06 catarinense. Na ocasião, foi informada também uma previsão do Fundo de Participação dos Municípios  
07 (FPM) para o próximo ano que, apesar do comportamento da arrecadação do país, os prognósticos levam  
08 a crer que se pode ter um incremento na ordem 4,5% em relação a este ano, mesmo assim é aquém do  
09 esperado. Desta forma, é necessário que o poder público repense as ações futuras e as planeje de acordo  
10 com a realidade local, abrindo espaço para inovação, gestão proativa, atualização do Código Tributário  
11 Municipal, fortalecimento da AMMVI como fórum de discussões com capacitação dos servidores  
12 públicos voltados a uma nova configuração de administração municipal. O prefeito de Pomerode, senhor  
13 Rolf Nicolodelli, disse que está fazendo a atualização do Código Tributário no município e observou que  
14 há uma defasagem no valor dos impostos e perda de recursos por falta de fiscalização, além disso, falta  
15 coerência na aplicação da legislação. Outro assunto abordado pelo assessor econômico diz respeito às  
16 novas ações da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), que está implantando o uso da nota fiscal  
17 eletrônica para o produtor rural, assinalando que dois mil e dezesseis será um ano de transição, pois o  
18 bloco de nota não será mais aceito. O senhor Simão alertou que, uma vez que o produtor utiliza a nota  
19 fiscal eletrônica, este não poderá mais usar a nota em papel. Além disso, ele buscará junto à SEF  
20 informações sobre a forma de cadastramento do produtor, pois alguns têm dificuldades de utilizar o  
21 computador. Os convênios que o Estado mantém com os municípios vencerão em dezanove de agosto do  
22 próximo ano, desta forma, após esta data o município não poderá mais emitir os Blocos de Notas ao  
23 produtor rural e não há previsão de renovação do convênio. Para isso, é relevante que os servidores dos  
24 municípios envolvidos na área se capacitem e sejam multiplicadores do processo. Neste tema da pauta, o  
25 presidente da AMMVI lembrou a Carta do Vale, entregue a autoridades políticas e frisou que na próxima  
26 gestão da entidade será buscada uma aproximação com entidades representativas do setor empresarial, a  
27 fim de unir forças e trabalhar reivindicações regionais. Em seguida, o secretário executivo informou que  
28 houve reunião do Colegiado de Executivos das Associações de Municípios, na qual foram reforçadas  
29 algumas reivindicações, com destaque ao atraso no repasse de recursos dos programas estadual, e enviado



Reconhec. Fimas  
1ª TABELÃO



Botuverá - SC

30 um documento ao governador Raimundo Colombo, pois várias tentativas já foram feitas com <sup>secretários</sup>  
31 de Estado e não há retorno. Esta situação se agrava principalmente nas áreas da saúde, educação e  
32 assistência social, pois há parcelas de recursos que estão atrasadas e o governo federal não prevê a data  
33 dos acertos. O que também é relevante fazer é a divulgação de tais informações para que a população  
34 tenha conhecimento que o Estado está comprometendo a gestão dos municípios. O senhor Corrêa frisou  
35 que estes atrasos do Estado e da União devem ficar registrados nos relatórios contábeis das prefeituras,  
36 uma vez que os investimentos já foram efetuados e os cidadãos não ficaram sem os serviços. O secretário  
37 de Gestão Governamental de Blumenau, Paulo Eduardo de Oliveira Costa, falou da importância de  
38 denunciar e demonstrar de fato o quadro da dívida do Estado e da União para com os municípios, pois é  
39 necessário evidenciar que a falta de repasse continua e a situação só se agrava. Segundo ele, os  
40 municípios vivem atualmente uma posição subalterna em relação ao pacto federativo. O presidente  
41 ressaltou que vem sendo dado encaminhamento às reivindicações e se observou que as entidades também  
42 estão apoiando, assim como a imprensa tem tomado conhecimento da situação e demonstrando alguns  
43 números. O prefeito de Timbó, senhor Laércio Demerval Schuster Junior, disse que acompanha durante o  
44 ano todo as manifestações da AMMVI e observa que, após muitas audiências com lideranças, algumas  
45 ações se distanciam, no entanto tem-se obtido avanços gradativos. Conforme ele, também é necessário  
46 observar a postura das lideranças políticas quando chamadas em reuniões da AMMVI. O prefeito sugeriu  
47 que em janeiro os secretários de Estado das áreas em que estão os maiores problemas sejam convidados  
48 para audiência com os prefeitos e sejam cobrados pelos recursos em atraso, pois não é justo que os  
49 Municípios continuem pagando esta conta. Para ele, é imprescindível fazer um movimento para que o  
50 prometido seja cumprido e os colegiados ajudem os prefeitos a criar uma agenda de cobrança dos  
51 recursos que os municípios têm a receber e esquecer novos programas e novas políticas públicas, pois é  
52 necessário cumprir com as já existentes. O prefeito de Rio dos Cedros, senhor Fernando Tomaselli, disse  
53 que atualmente os municípios devem lutar para o custeio, pois recursos extraordinários para demais  
54 investimentos infelizmente não virão. Na sequência, foi apresentado aos prefeitos o Plano de Trabalho  
55 para o próximo ano, o qual foi aperfeiçoado pela atual Diretoria Executiva e será revisado em fevereiro  
56 pelos novos membros. O secretário falou de algumas prioridades nas áreas de infraestrutura urbana,  
57 resíduos sólidos, energia e comunicação, segurança pública, educação, defesa civil, saúde, assistência  
58 social, agricultura, meio ambiente e fortalecimento institucional. O senhor Corrêa frisou algumas agendas  
59 do próximo ano que serão criadas para concretizar algumas metas por meio de reunião com: Fórum  
60 Parlamentar Catarinense; deputados federais; Ministérios da Integração, das Cidades e da Saúde;  
61 Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes de Santa Catarina (DNIT); Fundação Nacional  
62 de Saúde (Funasa); Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.. Estas reuniões serão feitas no  
63 primeiro trimestre do próximo ano e, em alguns casos, será formada uma agenda permanente. Ainda nos  
64 três primeiros meses de dois mil e dezesseis, a AMMVI buscará audiências com governador, deputados  
65 estaduais, Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc), Centro de Informática e Automação do  
66 Estado de Santa Catarina (Ciasc) e secretaria de Estado da Casa Civil, Saúde, Fazenda, Educação,  
67 Desenvolvimento Econômico Sustentável, Defesa Civil e Segurança Pública. No próximo ano, na área  
68 institucional, será aprimorado ainda o diálogo com Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina  
69 (TCE/SC), Ministério Público de Santa Catarina (MP/SC), Federação Catarinense de Municípios  
70 (Fecam), Confederação Nacional de Municípios (CNM), entidades empresariais e de classe e  
71 relacionamento com a imprensa. Dentre as demais pautas prioritárias que serão retomadas estão ainda  
72 encerramento de mandato, condutas vedadas em ano eleitoral, Termo de Ajuste de Conduta (TAC) nas



  
Reconhec. Firmas  
1ª TABELÃO



Botuverá - SC

73 áreas de saneamento básico e transparência, diagnóstico socioambiental e delimitação de afastamentos e  
74 gestão municipal (financeiro). Os prefeitos aprovaram ainda o calendário de assembleias gerais ordinárias  
75 para dois mil e dezesseis, conforme segue: primeiro de fevereiro, dez de março, catorze de abril, doze de  
76 maio, vinte e três de junho, dois de agosto, vinte e sete de outubro, oito ou quinze de dezembro. As  
77 reuniões serão em período vespertino. Em prosseguimento, passou-se para discussão e votação das  
78 Resoluções nº 27, nº 30, nº 31 e nº 32. A Resolução nº 27 dispõe sobre a suspensão das atividades no final  
79 deste exercício e início do próximo ano, autorizando recesso ou férias regulares fracionadas e concedendo  
80 auxílio-alimentação adicional aos empregados da AMMVI. Conforme o documento, as atividades  
81 regulares da AMMVI ficam suspensas no período de vinte e um de dezembro de dois mil e quinze a seis  
82 de janeiro de dois mil e dezesseis, considerando-se este período como quinze dias de férias. Além disso, a  
83 Resolução trata que no mês de dezembro deste ano, os empregados da AMMVI serão beneficiados com a  
84 concessão, em dobro, do auxílio-alimentação, instituído através da Resolução nº 08/02. A Resolução nº  
85 30 estabelece o valor das contribuições dos Municípios associados à AMMVI para o período de janeiro a  
86 dezembro de dois mil e dezesseis, e dá outras providências. O valor da contribuição no período será  
87 repassado gradativamente em parcelas. A Resolução nº 31 estima a receita e fixa a despesa da Associação  
88 para o Plano Anual de Trabalho do exercício de dois mil e dezesseis, e dá outras providências. A receita  
89 da AMMVI será realizada mediante a arrecadação de transferência dos municípios, rendas e outras  
90 receitas correntes. A Resolução nº 32 cria emprego de Assistente Social no quadro de pessoal da AMMVI  
91 e dá outras providências. Este cargo terá a responsabilidade de: a) assessorar, participar, organizar e  
92 providenciar os materiais para as reuniões do Colegiado da Assistência Social; b) assessoria direta aos  
93 municípios referente à Política de Assistência Social; c) encaminhar aos municípios, informes, portarias,  
94 leis e instruções normativas relativas as políticas públicas, orientando sua aplicabilidade; d) orientar sobre  
95 a criação e a operacionalização de fundos e dos conselhos municipais de assistência social, conselho  
96 municipal da criança e do adolescente; e) demandar estudos regionais, que sirvam para todo o Estado, nas  
97 reuniões do Colegiado de Assistência Social (COAS); e) articular para que se tenha representação das  
98 regiões nas diversas instâncias de pactuação e deliberação da política de assistência social no Estado; f)  
99 estimular a intersetorialidade entre as secretarias municipais de políticas públicas; g) integrar o  
00 departamento de Assistência Social às ações desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Assistência  
01 Social, Trabalho e Habitação, por outras secretarias estadual e federal ou por entidades sociais; h)  
02 assessorar na elaboração de instrumentos, visando obter um diagnóstico social que viabilize a execução  
03 de projetos e programas, com o objetivo de implantar e implementar a Política Nacional de Assistência  
04 Social (PNAS); i) assessorar programas sociais que visam organizar, adaptar e integrar a população às  
05 novas condições de vida; j) assessorar a implantação de fóruns e encontros regionais, visando à defesa dos  
06 direitos civis, sociais, políticos e ao enfrentamento da exclusão social; k) acompanhar a área de  
07 assistência social dos municípios, promovendo cursos de capacitação aos conselheiros municipais  
08 (Habitação, Assistência Social, dos Direitos da Criança e do Adolescente; l) representar os municípios nas  
09 diversas instâncias de pactuação e deliberação; m) elaborar diagnóstico social da região, plano de  
10 trabalho, projetos, planilhas para os municípios; n) atender os gestores municipais da Política Nacional de  
11 Assistência Social; o) estimular e assessorar a formalização de consórcio público entre os municípios; p)  
12 discutir e elaborar projetos que venham atender as demandas regionais; q) manter a articulação com a  
13 coordenação de Políticas Públicas da Fecam e demais áreas que possam contribuir no trabalho da  
14 Assistência Social; r) criar instrumentos de forma coletiva, que venham a contribuir no trabalho  
15 executado pelos Municípios de cada região; s) participar ativamente dos grupos de trabalho constituídos



Reconhec. Firmas  
1º TABELIÃO



16 pelo Colegiado Estadual de Assistência Social, contribuindo no avanço dos temas e na sua execução junto  
17 aos Municípios; t) participar ativamente das reuniões do COAS, Colegiado Nacional de Gestores  
18 Municipais de Assistência Social (Coegemas) e Comissão Intergestores Bipartite (CIB); u) executar de  
19 tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades  
20 circunstanciais e determinadas pela chefia imediata e/ou pela Diretoria da AMMVI, inclusive junto aos  
21 consórcios e agências instituídas pelos Municípios associados, ou que funcionam e são de interesse da  
22 AMMVI. Para ocupar o emprego, requer-se-á bacharelado em Serviço Social, registro no Conselho  
23 Regional e comprovação de seis meses de experiência profissional na área. Após discussão e  
24 esclarecimento de dúvidas pelos prefeitos, todas estas Resoluções foram aprovadas. Neste tópico, o  
25 secretário executivo da AMMVI colocou em discussão a revisão geral anual do quadro de funcionários da  
26 entidade para o próximo ano, prevista em resolução e que deve ocorrer em janeiro de cada ano. Para os  
27 consórcios públicos da região a revisão anual está no Protocolo de Intenções e segue o índice do Índice  
28 Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Considerando o valor da inflação deste ano, os prefeitos  
29 deliberaram pelo reajuste do índice do INPC acumulado em dois mil e quinze, seguindo-se o mesmo  
30 parâmetro adotado para os Consórcios Públicos, a ser aplicado a partir de janeiro de dois mil e dezesseis.  
31 Já o auxílio alimentação não sofreu aumento e, portanto, continua no mesmo valor já aplicado.  
32 Avançando a assembleia, o senhor Kades falou da proposta de alterar o Estatuto Social da entidade nos  
33 pontos conflitantes com sua natureza jurídica, de direito privado. Segundo ele, embora as Associações  
34 tenham ressalva expressa no parágrafo terceiro do artigo 114 da Constituição Estadual e submetam-se ao  
35 disposto no artigo 44, I, e 53 a 61 do Código Civil Brasileiro, a Associação utiliza recursos públicos. O  
36 senhor Kades explicou que a Fecam vêm exortando as Associações a defenderem a essência de sua  
37 natureza privada, e, citando normativas que já se praticam na CNM, informou da necessidade de atos  
38 regulamentares próprios para regular diversas atividades, inclusive suas compras e contratações, sem  
39 correspondência com os instrumentos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, dando maior  
40 agilidade e transparência aos procedimentos e garantindo a observância dos princípios da publicidade e  
41 impessoalidade de observância obrigatória pela administração pública, porém sem estar vinculado aos  
42 seus instrumentos legais e regulamentares. Além disso, a AMMVI vem executando a contabilidade pública  
43 quando todas as demais associações microrregionais aplicam a contabilidade privada, sendo que esta,  
44 após discussões e orientações, está sendo aceita pelo TCE/SC, motivando mudança estatutária na  
45 AMMVI para seguir o mesmo procedimento de registro contábil. Outra proposição diz respeito à forma  
46 de contratação, que será por processo seletivo, sem exclusão da possibilidade de contratação temporária,  
47 segundo a legislação trabalhista aplicada à iniciativa privada. Assim sendo, apresentadas as mudanças  
48 propostas no parágrafo terceiro do artigo 42 e nos incisos do parágrafo primeiro do artigo 54 do Estatuto  
49 da AMMVI, o presidente colocou em votação que, por unanimidade, deliberou-se pela sua aprovação, na  
50 forma seguinte: “Art. 42 – (...) § 3º - A Associação adotará a contabilidade privada para registro da sua  
51 execução orçamentária.” (NR) e “Art. 54 – (...) § 1º - (...): I - os empregos são acessíveis aos interessados  
52 que preencham os requisitos estabelecidos neste estatuto e/ou no regulamento de pessoal; II – o  
53 recrutamento para emprego do quadro permanente será feito mediante seleção simplificada, de títulos, de  
54 provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de suas funções, na forma  
55 prevista em regulamento, ressalvada a forma de contratação prevista estatutariamente para emprego de  
56 confiança; III – o regulamento de pessoal estabelecerá casos de contratação por tempo determinado; IV -  
57 as obras, serviços, compras e alienações obedecerão regulamento específico.” (NR). Findado estes  
58 assuntos, progrediu-se para a eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da AMMVI para o

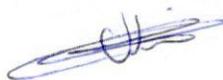


Reconhec. Firmas  
1ª TABELIÃO

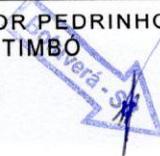


Botuverá - S

59 mandato dois mil e dezesseis/dois mil e dezessete, cuja gestão se iniciará em primeiro de fevereiro do ano  
60 de dois mil e dezesseis, encerrando-se em trinta e um de janeiro de dois mil e dezessete. Na oportunidade,  
61 os prefeitos interessados se colocaram à disposição para assumir os cargos. Após debate foi formada  
62 chapa única, a qual foi aprovada por unanimidade e eleita por aclamação. Logo, a Diretoria Executiva da  
63 AMMVI ficou assim composta: Presidente - Fernando Tomaselli (PP), prefeito de Rio dos Cedros, RG nº.  
64 3.545.677, Órgão Emissor SSP/SC, Data de Expedição 24 de junho de 2009, CPF nº. 016.637.969-71,  
65 Rua Nereu Ramos, 205, Centro, CEP: 89.121-000, Rio dos Cedros/SC, nacionalidade Brasileira,  
66 profissão Prefeito; Primeiro Vice-presidente - Sergio Almir dos Santos (PMDB), prefeito de Indaial; RG  
67 nº. 1.111.815-6, Órgão Emissor SSP/SC, Data de Expedição 8 de dezembro de 2000, CPF nº.  
68 383.728.439-53, Avenida Getúlio Vargas, 126, Centro, CEP: 89.130-000, Indaial/SC, nacionalidade  
69 Brasileira, profissão Prefeito; Segundo Vice-presidente - Paulo Roberto Weiss (PT), prefeito de Rodeio;  
70 RG nº. 3.067.674, Órgão Emissor SSP/SC, Data de Expedição 17 de janeiro de 2013, CPF nº.  
71 765.097.459-68, Rua Barão do Rio Branco, 1069, Centro, CEP: 89.136-000, Rodeio/SC, nacionalidade  
72 Brasileira, profissão Prefeito; Primeiro Tesoureiro - Rolf Nicolodelli (PMDB), prefeito de Pomerode, RG  
73 nº. 1.399.157, Órgão Emissor SSP/SC, Data de Expedição 22 de fevereiro de 2006, CPF nº. 421.393.179-  
74 04, Rua 15 de Novembro, 525, Centro, CEP: 89.107-000, em Pomerode/SC, nacionalidade Brasileira,  
75 profissão Prefeito; Segundo Tesoureiro - Nicanor Morro (PSD), prefeito de Apiúna, RG nº. 223.242,  
76 Órgão Emissor SSP/SC, Data de Expedição 22 de janeiro de 2014, CPF nº. 004.461.659-72, Rua Quintino  
77 Bocaiuva, 204, CEP: 89.135-000, em Apiúna/SC, nacionalidade Brasileira, profissão Prefeito. Já o  
78 Conselho Fiscal da AMMVI ficou composto por três prefeitos titulares e três suplentes, respectivamente  
79 ocupados conforme segue: Hartwig Persuhn (PP), prefeito de Doutor Pedrinho; Pedro Celso Zuchi (PT),  
80 prefeito de Gaspar; Matias Kohler (PP), prefeito de Guabiruba; Laércio Demerval Schuster Junior (PP),  
81 prefeito de Timbó; Moacir Polidoro (PSD), prefeito de Ascurra; Napoleão Bernardes Neto (PSDB),  
82 prefeito de Blumenau. Passando a assuntos gerais, o prefeito Tomaselli informou aos demais que está  
83 liderando uma frente para alterar a data de início do próximo ano letivo que, em princípio, a rede estadual  
84 de ensino havia programado o início para dia oito de fevereiro, e a sugestão é que seja dia vinte e nove de  
85 fevereiro. O motivo se deve à economia na contratação temporária dos professores e redução no  
86 transporte escolar. Esta proposta foi levada à Secretaria de Estado da Educação (SED), para que o Estado  
87 e o Município possam trabalhar juntos e buscar otimização dos recursos. A proposição também foi  
88 apoiada pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e cabe a cada gestor  
89 decidir pela adesão. Após, o presidente relatou aos prefeitos o ofício da Fecam, enviado no dia vinte e  
90 cinco de novembro, que concede a cada Associação de Municípios o direito de indicar nome de prefeitos  
91 para compor as chapas que concorrerão à eleição da Federação, a realizar-se em janeiro. O presidente  
92 colocou o assunto em votação e, por consenso, o senhor Pedro Celso Zuchi, prefeito de Gaspar será o  
93 indicado da AMMVI para a eleição dos Conselhos da Fecam. Nada mais havendo a tratar, o senhor  
94 presidente da AMMVI encerrou a assembleia, agradecendo a presença de todos. E para constar, eu,  
95 Michele Prada, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, pelo senhor  
96 presidente, pelo senhor primeiro tesoureiro, pelo senhor secretário executivo e pelo senhor assessor  
97 jurídico da AMMVI.



Reconhec. Firmas





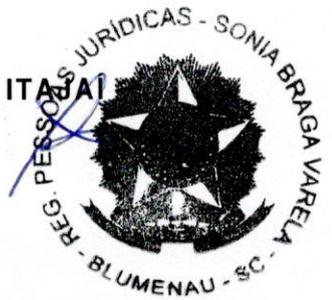
**ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ**

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

[www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)



*[Handwritten signature]*

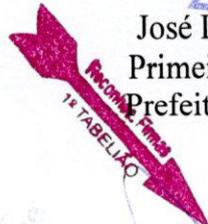
**Paulo Roberto Weiss**  
Presidente  
Prefeito de Rodeio



**José Rafael Corrêa**  
Secretário Executivo



**José Luiz Colombi**  
Primeiro Tesoureiro  
Prefeito de Botuverá



**Luiz Claudio Kades**  
Assessor Jurídico OAB 17.692



*[Handwritten signature]*

**Michele Prada**  
Assessora de Relações Públicas

**Estado de Santa Catarina**

Escrivania de Paz de Rodeio

TIZZIANA PAPALEO KOELZER - Escrivã de Paz

Rua Barão do Rio Branco, 866, sala 01, centro, Rodeio - SC, 89136-000 -

(47) 3333-4870 - [cartoriorodeio@gmail.com](mailto:cartoriorodeio@gmail.com)



Reconheço como autêntica a(s) assinatura(s) abaixo indicada(s) e dou fé.

PAULO ROBERTO WEISS (EFD34038-E0QZ) \*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

Emolumentos: 1 Reconhecimento de firma autêntica R\$ 2,76 | 1 Selo de

Fiscalização pago R\$ 1,70 | Total R\$ 4,46 | Recibo N° 47047.

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>

Dou fé, Rodeio - 19 de fevereiro de 2016

*[Handwritten signature]*

SIMONE CARDOSO OLIVEIRA - Escrevente

**Estado de Santa Catarina**

Escrivania de Paz do Município de Botuverá

Claudia Fernanda dos Santos Pereira - Escrivã de Paz

Rua Luiz Vicentini, 99, Centro, Botuverá - SC, 88295-000 - (47) 3359-1420

[cartoriobotuvera@terra.com.br](mailto:cartoriobotuvera@terra.com.br)



Reconheço como autêntica a(s) assinatura(s) abaixo indicada(s) e dou fé.

JOSÉ LUIZ COLOMBI (CMT79222-M41Q) \*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

Emolumentos: 1 Reconhecimento de firma autêntica R\$ 0,00 | 1 Selo de Fiscalizaç

Isento R\$ 0,00 | Total R\$ 0,00

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>

Dou fé, Botuverá - 17 de fevereiro de 2016

*[Handwritten signature]*

DANIELA PAVESI - Escrevente Substituta

Estado de Santa Catarina  
Blumenau Office do Registro Civil  
Sônia Mary Braga Varela - Oficial Registradora  
Rua XV de Novembro, 769, 2º Piso, Salas 40/46, Centro, Blumenau - SC, 89010-902  
- (47) 3326-2681 / 3329-8002

**Certidão de Averbação em Pessoas Jurídicas**

Protocolo: 008430      Data: 03/03/2016      Qualidade: INTEGRAL  
Registro: 009008      Data: 03/03/2016      Livro: A-080      Folha: 241

Apresentante: PAULO ROBERTO WEISS

Emolumentos: Registro: R\$ 30,00, Selo: R\$ 1,70 - Total R\$31,70 - Recibo nº: 273418

Selo Digital de Fiscalização do tipo Normal - ECX98436-USDB

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>  
Ou fe, Blumenau - 03 de março de 2016

  
Viviane de Oliveira - Escrevente Substituta



**1º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO**

**RAFAELA COUTINHO MARGARIDA**

Tabellia Interina  
Praça Dr. Victor Konder, nº 21  
Caixa Postal 1401 - Fone/Fax (47) 3321-1200  
89010-971 - BLUMENAU - SANTA CATARINA  
[www.margarida.org.br](http://www.margarida.org.br)  
Horário de atendimento: 2ª a 6ª das 09:00 às 18:00h

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:

**MICHELE PRADA** .....  
do que dou fé.

Em testemunho ..... da verdade.  
Blumenau (SC), 19 de Fevereiro de 2016.

**LUIZA DOS SANTOS SOARES RODRIGUES**  
ESCREVENTE NOTARIAL

Emol: 2,75 - Selo: 1,70 - Total: 4,45  
Selo Digital de Fiscalização: SELO NORMAL:  
EFD00021-PG46  
Confira os dados do ato em: [selo.tjsc.jus.br](http://selo.tjsc.jus.br)

**1º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO**

**RAFAELA COUTINHO MARGARIDA**

Tabellia Interina  
Praça Dr. Victor Konder, nº 21  
Caixa Postal 1401 - Fone/Fax (47) 3321-1200  
89010-971 - BLUMENAU - SANTA CATARINA  
[www.margarida.org.br](http://www.margarida.org.br)  
Horário de atendimento: 2ª a 6ª das 09:00 às 18:00h

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:

**JOSE RAFAEL CORREA** .....  
**LUIZ CLAUDIO KADES** .....  
do que dou fé.

Em testemunho ..... da verdade.  
Blumenau (SC), 19 de Fevereiro de 2016.

**LUIZA DOS SANTOS SOARES RODRIGUES**  
ESCREVENTE NOTARIAL

Emol: 5,50 - Selo: 3,40 - Total: 8,90  
Selo Digital de Fiscalização: SELO NORMAL:  
EFD00016-P2VW e EFD00017-FN5L  
Confira os dados do ato em: [selo.tjsc.jus.br](http://selo.tjsc.jus.br)